

# A PROBLEMÁTICA DO MAL EM AGOSTINHO DE HIPONA<sup>1</sup>

## THE PROBLEM OF EVIL IN AUGUSTINE OF HIPPO

Diogo Donizete Carvalho<sup>2</sup>

Giovanni Marques Santos<sup>3</sup>

**Resumo:** Neste artigo, por meio da pesquisa bibliográfica qualitativa, estuda-se a concepção acerca do problema do mal exposta por Agostinho, que, partindo do maniqueísmo e neoplatonismo, cria um sistema teológico-filosófico que salvaguarda a bondade de Deus e responsabiliza o homem pela existência do mal ante o seu mau uso do livre-arbítrio. A tese agostiniana apresenta o mal como privação do ser e desordem moral.

**Palavras-chave:** Agostinho de Hipona. Deus. Mal. Moral.

**Abstract:** This paper studies, through qualitative bibliographical research, the concept of evil exposed by Augustine, who, from his Manichaeist and Neoplatonic backgrounds, creates a theological-philosophical system that safeguards the goodness of God and makes man responsible for existence of evil in the face of his misuse of free will. Augustine presents evil as a deprivation of being and moral disorder.

**Keywords:** Augustine of Hippo. God. Evil. Morals.

### Introdução

O presente artigo analisa o problema do mal segundo a ótica de Agostinho. Considerado um mistério profundo, iniludível e enigmático, o problema do mal se apresenta à razão humana como uma realidade inquietante. Isso o torna um tema, ao mesmo tempo, antigo e atual. Muito se especula sobre ele: de onde vem o mal? Em que consiste? Como superá-lo?

Variadas são as teorias que se propõem a dar uma resposta satisfatória sobre o mal. No entanto, esta pesquisa opta por fazer um corte histórico e expor a problemática apresentada por Agostinho, por ser esse pensador considerado o ponto de inflexão no debate filosófico sobre esse problema. Embora não tenha resolvido definitivamente a questão do mal, a profundidade da produção intelectual desse autor exerce grande influência na tradição ocidental.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 24 out. 2023 e aprovado para publicação em 14 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10736314>.

<sup>2</sup>Bacharel em Filosofia pela Faculdade Católica de Pouso Alegre (MG); docente na Rede Estadual de Minas Gerais; e-mail: [diogo.d.carvalho@hotmail.com](mailto:diogo.d.carvalho@hotmail.com).

<sup>3</sup>Doutorando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PR); mestre em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (SP); professor adjunto da Faculdade Católica de Pouso Alegre (MG).

O caráter fulcral do pensamento agostiniano reside no fato de o filósofo elaborar suas teorias como refutações a um crescente grupo de seu tempo, os maniqueístas, que sustentam a ideia de que o mal é um poderoso princípio ontológico que rivaliza com o bem. Desse modo, o peculiar interesse de Agostinho no que diz respeito ao mal é motivado, inclusive, por franca apologia ao cristianismo. Para os cristãos, é inconcebível a ideia de um Deus que, em dado momento da história, tenha permitido a entrada do mal no mundo. Por isso, tendo como pano de fundo a teologia cristã, Agostinho, ao longo de sua vasta produção intelectual, cria um sistema filosófico-teológico no qual exime Deus de ser autor do mal e o atribui ao homem que faz mau uso do seu livre-arbítrio.

## 1 Ponerologia agostiniana

### 1.1 Acenos biográficos e introdutórios

Aurélio Agostinho (354-430) é um filósofo, teólogo, bispo e santo da Igreja Católica. Desenvolve seu pensamento filosófico e teológico em um contexto de combate às heresias cristãs de sua época, dentre as quais o maniqueísmo, seita da qual foi adepto durante alguns anos<sup>4</sup>.

A vida do autor é indissociável do seu pensamento, uma vez que cada fase da sua vivência contribui, posteriormente, para a elaboração de suas reflexões. A influência cristã exercida por sua mãe, Mônica, o primeiro encontro com a filosofia de Cícero, o maniqueísmo, o ceticismo, o bispo Ambrósio, a leitura dos neoplatônicos, a experiência espiritual com as cartas paulinas, a vida devassa e, posteriormente, a conversão cristã constituem o arcabouço sobre o qual Agostinho desenvolve seu pensamento filosófico-teológico<sup>5</sup> (Evans, 1995, p. 9).

Desde muito jovem, sedento pela verdade, Agostinho demonstra grande insatisfação e descontentamento com as respostas que se lhe apresentaram para questões existenciais

<sup>4</sup>Estima-se que Agostinho permaneceu no maniqueísmo por nove anos. Os maniqueístas, com sua doutrina sobre o problema do mal, conseguiram persuadi-lo, porquanto aprendeu desde criança que Deus é autor do bem e não do mal. “Somente esse grupo [Maniqueísmo], julgou Agostinho, poderia responder à pergunta que começara a atormentá-lo tão logo sua conversão à filosofia o levara a pensar com seriedade: Qual é a causa de praticarmos o mal? A resposta maniqueísta para o problema do mal foi o cerne do maniqueísmo do jovem Agostinho” (Brown, 2017, p. 56). Após perceber as incongruências e falácias dessa doutrina, Agostinho decide abandoná-la e se opor resolutamente a ela.

<sup>5</sup>De Mônica, Agostinho recebe os valores cristãos. De Cícero, o apreço pela filosofia. Do maniqueísmo, a insatisfação com o problema do mal. Do ceticismo, a tarefa de duvidar de tudo que se lhe apresenta. De Ambrósio, o amor pelas Sagradas Escrituras. Dos neoplatônicos, a realidade do imaterial e a não realidade do mal. De São Paulo, o sentido da fé, da graça e do Cristo Redentor. Além de toda a experiência fora e dentro da Igreja adquirida ao longo de sua vida, tudo isso proporciona a Agostinho um horizonte de reflexão que lhe permite refletir sobre o problema do mal de forma mais aprofundada (Reale; Antiseri, 2003, p. 82-83).

profundas. Isso o faz buscar explicações em diversos lugares e correntes de pensamento. O problema do mal faz parte dessa inquietação e desse interesse por respostas para uma imperfeição que aflige constantemente o filósofo cristão, como ele mesmo relata:

Suscitas precisamente uma questão que me atormentou demais, desde quando ainda era muito jovem. Após ter-me cansado inutilmente resolvê-la, levou a precipitar-me na heresia (dos maniqueus), com tal violência que fiquei prostrado. Tão ferido, sob o peso de tamanhas e tão inconsistentes fábulas, que se não fosse meu ardente desejo de encontrar a verdade, e se não tivesse conseguido o auxílio divino, não teria podido emergir de lá nem aspirar à primeira das liberdades – a de poder buscar a verdade. [...] Ora, nós cremos em um só Deus, de quem procede tudo aquilo que existe. Não obstante, Deus não é o autor do pecado. Todavia, perturba-nos o espírito uma consideração: se o pecado procede dos seres criados por Deus, como não atribuir a Deus os pecados, sendo tão imediata a relação entre ambos? (Agostinho de Hipona, 1995, p. 28).

O problema do mal aparece a Agostinho como um sério obstáculo para a compreensão da vida, da existência e, sobretudo, da ideia de um Deus sumamente bom. Explicar a origem desse infortúnio se revela um labirinto para o filósofo. Em suas *Confissões*, ele se interroga:

Mas de onde vem o mal, se Deus é bom e fez boas todas as criaturas? Ele é certamente o Sumo Bem, e as criaturas são bens menores. Mas, criador e criaturas, todos são bons. De onde vem então mal? Porventura da matéria que ele usou? Haveria nela algo de mal, e Deus, ao dar-lhe forma e ordem, teria deixado algo por transformar em bem? E por que teria procedido dessa maneira? O Onipotente teria sido impotente para convertê-la, de modo que nela não permanecesse mal nenhum? Enfim, por que empregou essa matéria, ao invés de usar sua onipotência para reduzi-la ao nada? Poderia ela existir contra a vontade dele? E se era eterna, por que a deixou subsistir nesse estado por um tempo infinito, para só depois decidir fazer uso dela? Ou se a decisão de agir foi repentina, por que sua onipotência não a reduziu ao nada, para que subsistisse apenas ele, verdadeiro, sumo e infinito bem? Ou se não era bom que a Bondade deixasse de realizar coisas boas por que não aniquilou a matéria má reduzindo-a ao nada, estabelecendo outra que fosse boa e com ela criando todas as coisas? Que onipotência era a sua, se não podia criar algo de bom sem o auxílio de matéria não criada por ele? (Agostinho de Hipona, 1997, p. 179-180).

Fica evidente o quanto o problema do mal angustia Agostinho, que se mostra ansioso para resolvê-lo. É sobre essa problemática humana e filosófica, em franca apologia ao cristianismo, que o filósofo dedica boa parte de seus estudos. Na primeira fase do seu pensamento, ele se empenha no combate ao maniqueísmo e ao dualismo de substâncias. Num segundo momento, possuindo uma reflexão mais madura, Agostinho disserta sobre o problema do mal como sendo fruto de desvio moral e mau uso do livre-arbítrio.

## 1.2 O mal por uma perspectiva ontológico-metafísica

Agostinho filiou-se a duas correntes filosóficas antagônicas que procuram dar respostas para o problema do mal: o maniqueísmo e o neoplatonismo. A primeira afirma que o mal é uma substância rival do bem, eterna e dotada de materialidade. A segunda, contrariamente, nega que o mal constitua um princípio ontológico ou que a matéria seja o mal em si, haja vista o mal ser apenas uma defecção do bem e uma deficiência da matéria boa. Ambas as teorias, apesar de partirem de pontos diferentes, têm a preocupação de salvaguardar a incorruptibilidade de Deus. Em virtude disso, encontram um lugar em comum para o mal: a substância material (Costa, 2002, p. 223).

Em contato com essas correntes filosóficas e auxiliado pelos ensinamentos de Ambrósio<sup>6</sup>, Agostinho tem convicção de que tudo quanto existe, inclusive a matéria, é criado do nada por Deus. Tal asserção deixa o filósofo ainda mais atormentado, pois “se existe apenas um único princípio ontológico originante – Deus, do qual não pode vir senão o bem, – ou se o que existe de fato é o Bem, não o mal, o que, é afinal, o mal? [...]” (Costa, 2002, p. 225).

Agostinho, convertido aos ensinamentos cristãos, assume o compromisso de defender a Deus de qualquer acusação que coloque em dúvida sua infinita bondade. A sua filosofia é, antes de tudo, uma reflexão que vai ao encontro da teologia e das verdades de fé. Sendo assim, o filósofo, primeiramente, busca conciliar o seu pensamento com aquilo que a teologia ensina sobre a bondade de Deus.

Para o cristianismo só existe um princípio no universo: Deus, absolutamente bom, que fez todas as coisas boas. Ele é o Sumo Bem, uno, perfeito, imaterial, eterno – não está limitado ao tempo e espaço. Ele não poderia ser a fonte do mal, já que é o próprio Sumo Bem, logo ele é incorruptível e sua vontade é infinitamente boa. A infinita bondade de Deus é um dos pilares inquestionáveis da fé cristã [...] (Erculino, 2014, p. 6).

Abalizado na fé cristã, Agostinho elabora um sistema filosófico-teológico que isenta Deus de ser autor do mal e, ao mesmo tempo, recusa a existência do mal ontológico. Com isso, o autor visa a esclarecer que tudo que Deus faz é um bem, e que o mal, na verdade, não passa de uma corrupção de tudo que é bom.

<sup>6</sup>Com a ajuda de Ambrósio de Milão, Agostinho se desvencilha do materialismo filosófico influenciado pelos maniqueses e passa ter uma compreensão da substância espiritual, da verdade imutável. Costa comenta sobre isso: “Com Ambrósio, Agostinho aprendeu que o Deus do cristianismo, uno e criador, não forma uma substância corpórea ou material, mas espiritual, iniciando o processo de resolução do seu grande problema acerca de Deus – o da natureza ou substancialidade de Deus” (Costa, 2002, p. 141).

### 1.2.1 A criação *exnihilo*

Agostinho defende o princípio judaico-cristão de que Deus, ser único, cria todas as coisas por um ato de amor a partir do nada – *exnihilo*<sup>7</sup>. Nessa visão, o mundo é criado a partir da vontade de Deus, ou seja, não por um ato necessário, mas deliberado por um único criador. Contrariamente, os maniqueus alegam que o mundo não vem de um único princípio, mas de dois, dos princípios do bem e do mal. O universo é resultado do conflito eterno dos reinos do bem e do mal e surge não por escolha de Deus, mas por consequência de uma rivalidade (Costa, 2002, p. 225). O postulado maniqueísta apenas confirma que a matéria, fruto da luta dos princípios opostos, é má. Esse entendimento binário também é em relação ao ser humano, dotado de corpo e alma, sendo esta pertencente ao reino da luz e aquele ao reino das trevas.

[...] Assim sendo, [o mundo] por não ter sido criado a partir do nada, mas engendrado ou emanado de Deus, ou melhor, da luta entre os dois deuses, do Bem e do mal, os maniqueus acabam enveredando por um panteísmo grosseiro, ao afirmarem que o mundo é da mesma substância de Deus, ou melhor, dos deuses [...]. No caso do homem, por exemplo, defendiam que há uma mescla dos dois deuses, ou das substâncias originárias: o corpo, que é uma emanção do deus do Mal, e a alma (partícula da luz), que é uma emanção do Deus da Luz, mas que se encontra presa à matéria (Costa, 2002, p. 229).

Na visão maniqueísta, o mundo é coeterno a Deus e da mesma substância do seu criador. A materialidade é fragmento substancial do princípio ontológico que lhe deu origem, portanto, extensão de Deus. Em contrapartida, Agostinho afirma que o mundo surgiu por meio da vontade de Deus, que o fez hierarquicamente inferior, ou seja, de substância distinta da sua, haja vista somente ele ser a suma perfeição (Costa, 2002, p. 228). Weischedel comenta acerca dessa questão:

Agostinho concebe esse pensamento da criação com uma profundidade jamais alcançada pelos filósofos gregos. Para Platão, por exemplo, deus é o demiurgo, o artífice do mundo que ordena e conforma o caos, ou seja, o caos previsto preexiste a ele. Porém, Agostinho entende que dessa forma o poder de Deus é prejudicado. Mas tudo depende do poder de Deus. Se ele é ilimitado, não pode haver nada que preceda sua vontade criadora e, portanto, também nenhum caos que subsista por si mesmo. A

<sup>7</sup> Costa e Brandão tecem um comentário a esse respeito: “Segundo Agostinho, Deus com o atributo da Onipotência, criou não de uma matéria pré-existente, como defendida por Aristóteles com sua doutrina da Educação da matéria pela ação do Moverdor Imóvel, nem tampouco por Emanação, defendida por Plotino, mas do nada. A criação do nada, no latim *exnihilo*, não deve ser entendida como criação a partir de um nada substancial, como se o nada fosse alguma coisa. Mas criação a partir do não-ser absoluto, sem precisar de matéria pré-existente. Portanto, nosso Bispo filósofo [Agostinho] defende que Deus levou o mundo à existência, a partir do nada, nada significando, absoluta inexistência” (2007, p. 8).

criação tem de ser assim entendida como criação a partir do nada. Essa concepção, de resto extremamente paradoxal para o pensamento antigo, culmina na representação de Deus como poder absoluto, para o qual Agostinho é incessantemente impelido toda vez que reflete sobre Deus (1999, p. 94-95).

Agostinho, portanto, não tem dúvida de que o mundo não é autônomo, não forma nenhum princípio e nenhum fim em si mesmo, mas foi criado por Deus, a partir de um ato livre de sua vontade. Essa afirmação, além de confrontar o maniqueísmo, contraria também o neoplatonismo, que concebe o mundo material como emanção necessária e coeterna do Uno (Costa, 2002, p. 230-231). Eis o que o pensador diz a respeito nas *Confissões*:

O céu e a terra existem e, através de suas mudanças e variações, proclamam que foram criados [...]. E todas as coisas proclamam que não se fizeram por si mesmas: existimos porque fomos criados; mas não existimos antes de existir, portanto não podíamos ter criado a nós mesmos [...]. O artista impõe uma forma à matéria que, já existindo, pode recebê-la: assim a terra, a pedra, a madeira, o ouro ou qualquer outra coisa. Mas de onde proviria a matéria, se não tivesse criado? [...] Que criatura existe, se não porque tu existes? Portanto, disseste uma palavra, e as coisas foram feitas. Com tua palavra as criaste (Agostinho de Hipona, 1997, p. 333-334).

Segundo Agostinho, a criação aconteceu e continua acontecendo até hoje de forma progressiva, dividida em três momentos. No primeiro estágio – *creatio prima* –, Deus cria a matéria informe<sup>8</sup> *ex nihilo*, uma espécie de substrato ou *modus* com o qual faz as criaturas. No segundo momento – *creatio secunda* –, realiza a moldação da matéria informe, origem da multiplicidade dos seres como os anjos e o homem. Na última etapa, ele coloca no mundo algumas coisas em potência, ou seja, imbuídas de razões seminais – *rationes seminales* –, para que, no transcorrer do tempo e sob sua supervisão divina, possam se desenvolver e criar novos seres (Costa, 2002, p. 231-232).

Afirmar o segundo e terceiro momentos não significa negar o princípio pelo qual Deus faz todas as coisas em um só instante, mas reiterar que eles já estão incluídos no primeiro momento, ou seja, em potência na criação. Copleston, ao interpretar Agostinho, comenta que “Deus criou certamente, no princípio, todas as coisas juntas, mas não criou todas nas mesmas condições; muitas coisas foram criadas invisivelmente, latentemente, potencialmente, em germes, em suas *rationes seminales*” (Copleston, 1983, *apud* Costa, 2002, p. 233).

---

<sup>8</sup>Agostinho também denomina essa matéria informe e confusa como *hylé*, termo cunhado pelos filósofos antigos. Na obra *A natureza do bem*, ele diz: “Mas denomino *hylé* certa matéria completamente informe e sem qualidade, da qual são formadas as qualidades que percebemos, como disseram os antigos filósofos [...]. Também ela tem a capacidade das formas, pois se não pudesse receber a forma que lhe imprime o artífice, não poderia chamar-se matéria” (Agostinho de Hipona, 2019, p. 32-33).

Deste modo, não é Deus mal, e nem é a matéria com que ele criou o mundo a origem da corrupção, pois foi Ele, o Sumo Bem que criou todas as substâncias boas. Deus criou e sustenta toda a criação. Ele é – só Ele é essência imutável – o Sumo Ser incognoscível – todas as outras coisas são substâncias criadas e sustentadas por Ele. Elas existem enquanto provêm de Deus, mas não são Deus e não subsistem por si (Erculino, 2014, p. 7).

Ao admitir o fato de o mundo ter sido criado por Deus, Agostinho combate a tese dos maniqueus e dos neoplatônicos de que o mundo é coeterno aos princípios que o originaram. Somente Deus é eterno e imutável. Por sua vez, as criaturas são de essência diferente do seu criador e submetidas à temporalidade e, portanto, sujeitas à mutabilidade (Costa, 2002, p. 237-239). Agostinho deixa claro isso na passagem abaixo:

Deus é o Sumo Bem, acima do qual não existe outro bem superior; é o bem imutável e, por isso mesmo, é verdadeiramente eterno e imortal. Todos os outros bens têm nele sua origem, mas não são da mesma natureza. Ele é por sua própria natureza, mas o que foi feito por ele não é o que ele é (Agostinho de Hipona, 2019, p. 21).

Todavia, uma vez aceita a afirmação de que Deus cria tudo do nada, inclusive a matéria, a ontologia de Agostinho incorre no risco de responsabilizar Deus pela origem do mal no mundo, posto que ele é o criador de tudo que existe. Assim sendo, o problema do mal continua a atormentar o autor, que, a partir de agora, passa a sustentar a tese de que o mal não existe enquanto substância criada por Deus (Costa, 2002, p. 240).

### 1.2.2 O mal como não-ser

Influenciado pelo neoplatonismo, Agostinho concebe a teoria de que o mal não passa de uma privação da bondade existente nas coisas. Em outras palavras, o mal não possui estatuto ontológico tal como o bem, portanto não pode ser considerado criação de Deus.

Agostinho considera, pois, que o mal não tem substância, haja vista que, no conjunto de seu pensamento, toda substância criada pelo Supremo Bem é, por natureza, boa. Assim, não é possível falar-se em oposição eterna entre a substância do bem e a substância do mal, pois que esta última não existe ontologicamente (Silva, 2008, p. 57).

O mal se insere na ordem do universo como uma deficiência da natureza. Ela, embora seja boa, porque criada por Deus, é passível de corrupção, pois é feita de uma substância diferente do criador, o único ser imutável. Para Agostinho, Deus cria todo o cosmos com perfeição, isto é, dotado de bondade, mas em graus inferiores de uma criatura para outra. Dito

de outro modo, toda criatura é boa, outras mais e outras menos, de acordo com seu grau de participação em Deus. Por essa ótica, o universo é perfeito e cada uma de suas partes garante a harmonia estabelecida desde o início da criação. Como diz o próprio filósofo:

Nós dizemos que mal nenhum é natural, mas que todas as naturezas são boas, e que Deus é a natureza mais excelente e que as demais são natureza por ele; e que todas são boas enquanto são, porque Deus fez todas as coisas muito boas, mas ordenadas em graus que as diferenciam, de modo que uma coisa seja melhor que uma outra. E assim se completa com toda a espécie de bens este universo que, com alguns bens perfeitos, outros imperfeitos, é todo ele perfeito (Agostinho de Hipona, 2005, p. 345).

Agostinho ainda afirma que a natureza, sendo proporcional ao bem, possui três atributos que a adornam com o esplendor divino, a saber: o modo, a beleza e a ordem. Quanto mais moderada, bela e ordenada for a criatura, mais perfeita e boa ela é. Quando não há nenhum desses atributos na criatura, ela não existe. Nos dizeres de Agostinho:

[...] onde essas três coisas existem em elevado grau de bondade, existem grandes bens; onde existem em pequeno grau de bondade, existem pequenos bens; onde não existem, não há bem algum. Igualmente, onde essas três coisas são grandes, grandes são as naturezas, onde forem pequenas, pequenas são as naturezas e onde não existirem, não existe natureza alguma. Portanto, toda natureza é boa (2019, p. 23-24).

Agostinho também esclarece que, “quando se pergunta de onde vem o mal, deve-se perguntar antes o que é o mal: o mal não é outra coisa senão a corrupção do modo, da beleza, ou da ordem natural” (2019, p. 24). As criaturas, por não possuírem a sumaperfeição divina, mas apenas certo grau de participação em Deus, podem sofrer a corrupção, conforme o trecho abaixo deixa claro:

Este bem, todavia, a que nos referimos em segundo lugar, é chamado criatura, cuja precariedade deriva de uma deficiência da qual Deus não é o autor. Ele é autor do bem ao nível de sua existência, a que também se pode chamar essência. Desse modo, o mal deve ser corretamente compreendido não enquanto constituindo uma essência, mas tão somente uma privação. A natureza pode revelar-se danificada porque, em si mesma, ela não consiste no sumo mal – enquanto há o bem de que ela possa ser privada – nem no sumo bem – uma vez que sua bondade pode sofrer privações. A criatura é considerada boa não por sua mera existência, mas por ter em si uma bondade que lhe foi dada. De igual modo, sua bondade não deriva do fato de ter sido feita como um bem em si mesmo, mas enquanto recebe de outro sua bondade. Assim, Deus é esse Sumo Bem, e todas as coisas que ele fez são boas não em si mesmas, mas tão somente porque ele as fez (Agostinho) [tradução nossa]<sup>9</sup>.

<sup>9</sup>*Hoc autem bonum quod posteadiximus, creaturam vocat, cuinoceri per defectum potest; cuius defectus auctor Deus non est, quia existendi et ut ita dicamessendiauctor est. Ita et malum ostenditur quomodo dicatur, non enim secundum essentiam, sed secundum privationem verissime dicitur; et natura cui noceri possit apparet. Non enim ipsa est summum malum, cui bonum adimitur dum nocetur neque summum bonum, quae propterea deficere a*



Nessa perspectiva, o mal se apresenta como uma deficiência das perfeições constitutivas de toda e qualquer natureza, uma privação do bem e ausência de ser. O mal não possui forma nem substância, é a ausência da tríade – modo, beleza e ordem – que o Sumo Bem estabelece em todas as coisas ao criar o mundo. O afastamento do bem e a privação da perfeição gera o mal que corrompe o ser, anulando-o até ser totalmente destruído (Erculino, 2014, p. 10).

Em oposição à dualidade maniqueia, Agostinho instaura o bem como único princípio existente – Deus – e o mal como sua simples negação. Nessa visão, o mal só existe em relação ao bem, não como seu antônimo, mas como uma defecção do bem que destrói o ser. Em síntese, o mal não tem substância, nem existência ontológica; ao contrário, é privação do bem, corrupção, perversão da ordem, dissolução do ser e tendência ao nada (Erculino, 2014, p. 10). Entretanto, Gilson ressalta que:

[...] em consequência dessa doutrina, não basta admitir que os maniqueus erraram ao considerar o mal como um ser, visto que é uma pura ausência de ser; é preciso ir mais longe e dizer que, sendo nada por definição, o mal sequer pode ser concebido fora de um bem. Para que haja um mal, é necessário que haja privação; portanto é necessário que haja uma coisa privada. Ora, enquanto tal, essa coisa é boa e somente enquanto privada é má. O que não é não tem defeitos. Assim, cada vez que falamos do mal, supomos implicitamente a presença de um bem que, não sendo tudo que deveria ser, é, por isso, mau. O mal não é somente uma privação, é uma privação que reside num bem como em seu sujeito (Gilson, 2010, p. 273-274).

Com efeito, só existem substâncias boas, porque só pode ser corrompido pelo mal aquilo que é um bem. Assim, ser e bem – existir e ser bom – estão ligados ontologicamente.

[...] Só o ser existe, e o ser é necessariamente bom, pois a corrupção pode acontecer senão no que existe ou no bem; segundo, porque se há alguma coisa de má nos seres criados, isso não aparece como uma característica intrínseca do ser, como uma ausência do que deveria ser, ou pelo que ele não é, ou como uma tendência ao nada (Costa, 2002, p. 274).

Quando se diz que o mal é privação de ser ou um nada, entende-se que não se trata do nada anterior à criação, pois este consiste na pura inexistência de todas as coisas e aquele significa o não mais existir de uma coisa ou sua corrupção. O nada anterior à criação não é um mal, mas tão somente uma ausência do que posteriormente vem a existir. O mal,

---

*bono potest, quia non existendo bonum, sed bonum habendo dicitur bona. Neque naturaliter bona res est, quae cum factadicitur, utique ut bonaes setaccepit. Ita et Deus summum bonum est, et eaque fecit bona sunt omnia, quamvis non sinttam bona, quam est ille ipse qui fecit (De moribus ecclesiae catholicae et de moribus manichaeorum, liber II, 4,6).*

reiteradamente, é a privação e a corrupção de tudo que é, ou seja, da natureza (Coutinho, 2010, p. 127).

Perguntarei, pois, pela terceira vez, o que seja o mal. Respondereis, talvez: corrupção. Quem negaria isso, quanto ao mal em geral? Pois ele é contra a natureza, e é isso o que a danifica. A corrupção, porém, não é alguma coisa em si mesma, mas algo que se corrompe numa outra substância; de fato, a corrupção não constitui uma substância em si mesma. O que quer se seja corrompido, é privado de sua integridade e pureza. Aquilo que não possua qualquer pureza não se pode dizer que tenha sido corrompido; aquilo, porém, que possua de bom, o tem em virtude de sua participação na pureza (Agostinho) [tradução nossa]<sup>10</sup>.

Agostinho ainda explica que:

[...] pode ocorrer que alguma natureza que tenha sido ordenada de maneira mais excelente quanto ao modo e beleza naturais, embora corrompida, seja ainda melhor que outra natureza incorrupta que tenha sido ordenada com grau inferior de modo e beleza naturais. Assim como na apreciação dos homens, de acordo com a qualidade inerente às aparências, sem dúvida é melhor o ouro deteriorado que a prata pura e é melhor a prata deteriorada que o chumbo puro (2019, p. 24-25).

Agostinho conclui que é nos seres criados por Deus que está a solução para a origem do mal, porque, sendo eles apenas possuidores de graus inferiores da bondade de Deus, podem tanto tender para a perfeição do criador – o que Agostinho chama de conversão – quanto para a perversão. É no ser criado que acontece a defecção da ordem do ser, a desordem, que se apresenta não como ser ou substância, mas como não-ser, privado da integridade de sua pureza ou da ordem (Costa, 2002, p. 272).

O mal, portanto, não pode estar em Deus, que é o Ser e o Bem sumo, mas somente nas criaturas, e é privação de ser, ou seja, de bem. As criaturas de fato, enquanto se voltam para Deus são, mas enquanto dele se distanciam, tendem para o não-ser. Só as criaturas podem passar a uma perfeição maior ou menor, ou adentrar o Ser – Deus, ou voltar-se para o não ser [...]. O mal, portanto, sem ser nada de substância, se encontra somente nas criaturas, porque só estas podem corromper-se, isto é, voltar-se para o não-ser (Terzi, 1937, *apud* Costa, 2002 p. 272-273).

Vale ressaltar que, apesar de colocar nos seres criados a origem do mal, a solução agostiniana para o problema do mal, compreendido como privação ou corrupção do bem, em

<sup>10</sup>*Quaeram ergo tertio quid sit malum. Respondebitis fortasse: corruptio. Quis et hoc negaverit, generale malum esse? Nam hoc est contra naturam, hoc est quod nocet. Sed corruptio non est in se ipsa sed in aliquas substantiaquam corrumpit; non enim substantia est ipsa corruptio. Ea res igiturquam corrumpit corruptio non est malum.; quod enim corrumpitur, integritate et sinceritate privatur. Quod ergo non habet ullam sinceritatem qua privetur, corrumpi non potest; quod autem habet, profecto bonum est participatione sinceritatis (De moribus secclesiae catholicae et de moribus manichaeorum, liber II, 5,7).*

nada afeta a tese de que toda natureza criada por Deus é um bem em si. Essa visão corrobora a teoria de que somente o ser existe e é necessariamente bom, porquanto a corrupção não pode acontecer senão no que existe ou no bem; e o mal, por conseguinte, não faz parte da essência do ser, pois nada mais é que uma ausência daquilo que deveria ser, do bem para o qual a criatura foi criada. Logo, o que caracteriza a maldade do ser não está no que ele é, mas no que ele não é (Costa, 2002, p. 274).

O mal não pode ser mais que uma privação, a saber: a privação de um bem, e é por isso que não pode encontrar-se senão em uma coisa boa (exceto no ser soberanamente bom – Deus, cuja bondade é incorruptível e imutável, porque ela lhe é essencial, nos demais seres não é mais que participada). Em consequência, o bem pode existir sem o mal; mas o mal jamais sem o bem; não pode haver privação senão do que é (Jolivet, 1936, *apud* Costa, 2002, p. 273-274).

Para Agostinho, o mal metafísico não existe, uma vez que não possui estatuto ontológico, nem possui substância. Ele é contrário à natureza e arrasta ao não-ser tudo o que corrompe. A razão do mal existir, contudo, é responsabilidade dos seres individuais. Isso leva Jolivet a afirmar, com muita precisão, que Agostinho “nos conduz a reconhecer que o mal não se encontra nas coisas, senão na atividade daquele que usa das coisas. Só o mal moral merece propriamente o nome de mal” (Jolivet, 1936, *apud* Costa, 2002, p. 275).

Em suma, se o mal é uma privação, um nada ou uma não substância, sua origem não está no cosmos ou em Deus, mas sim no homem, responsável pelo mal moral, ou pecado, origem e fonte de todos os males do universo.

### *1.3 O mal por uma perspectiva ontológico-deontológica*

Agostinho muda o foco de sua pesquisa sobre o mal e a centra exclusivamente no homem, como sendo o responsável pelo mal moral, origem de todos os males presentes no universo. O filósofo desloca tal problemática de um eixo ontológico-metafísico para um ontológico-deontológico, no qual exclui totalmente Deus e o cosmos de serem originadores do mal. Nesse novo contexto, aparece o pecado como fonte de toda corrupção dos bens criados por Deus.

Agostinho apoia sua tese na concepção de que, no universo criado e governado por Deus, há uma gradação de valores ou de perfeições, desde o Sumo Bem criador até a criatura mais ínfima, que, assim como as demais, participa em graus distintos na bondade divina. Dentre os seres criados, o homem ocupa um lugar superior, devido ao fato de ser o único

possuidor de razão ou inteligência, que o torna conhecedor da ordem divina. Por ser dotado de livre-arbítrio, ele é capaz de seguir ou não o ordenamento divino, ou seja, viver virtuosamente, aspirando cada vez mais aos bens superiores, ou praticar o mal e preferir os bens inferiores. Isso significa dizer que o mal é uma transgressão culposa e pecaminosa da ordem divina por parte do homem (Costa, 2002, p. 283). Na obra *O livre-arbítrio*, o filósofo cristão diz:

Logo, é a vontade desregrada a causa de todos os males. Se essa vontade estivesse em harmonia com a natureza, certamente esta a salvaguardaria e não lhe seria nociva. Por conseguinte, não seria desregrada. De onde se segue que a raiz de todos os males não está na natureza. E isso basta, por enquanto, para refutarmos todos aqueles que pretendem responsabilizar a natureza dos seres pelos pecados (Agostinho de Hipona, 1995, p. 206).

Sendo assim, nessa última fase do seu pensamento, Agostinho se propõe a investigar o que é o livre-arbítrio e a forma com que o homem se relaciona com esse atributo. Ainda, se essa vontade livre pode ser entendida como um bem ou um mal, porquanto por meio dela surgem os malogros e toda ordem de desgraça presente no mundo. Em síntese, o filósofo quer compreender: “Qual a causa de praticarmos o mal?” (Agostinho de Hipona, 1995, p. 28).

### 1.3.1 Livre-arbítrio

Agostinho defende a ideia de que, dentre todos os seres criados, o homem é o que mais participa da perfeição divina e o mais superior na hierarquia das criaturas, não só sobre os animais, mas sobre todos os seres criados, animados e inanimados. A esse respeito, o autor comenta:

Não é evidente que, quanto à força e outras habilidades corporais, o homem é facilmente ultrapassado por certo número de animais? Assim sendo, qual é pois o princípio que constitui a excelência do homem, de modo que animal algum consiga exercer sobre ele sua força, ao passo que o homem exerce seu poder sobre muitos deles? Não será por aquilo que se costuma denominar razão ou inteligência? (Agostinho de Hipona, 1995, p. 44).

A razão, ou a inteligência, é um atributo exclusivamente humano, que permite ao sujeito pensante saber que existe e que vive sob um ordenamento divino.

Porque, manifestamente, nós possuímos um corpo e uma alma que anima o corpo e é causa de seu desenvolvimento. Dois elementos que também vimos nos animais. Enfim, a mais, temos um terceiro elemento, que por assim dizer é como a cabeça ou

o olho de nossa alma. A menos que se encontre um nome mais adequado para designar a nossa razão ou inteligência, faculdade que a natureza dos animais não possui. Vê, pois, eu te peço, se podes encontrar na natureza do homem algo mais excelente do que a razão (Agostinho de Hipona, 1995, p. 92).

Por ser justamente um ser racional, o homem tem a capacidade de identificar e conhecer a perfeita ordem, estabelecida por Deus, dos seres criados. Conhecendo-a, ele pode escolher livremente respeitá-la ou transgredi-la, contribuir para a reta ordem ou para a desordem, origem do mal. Assim, diferentemente dos demais seres do universo, que são eximidos da capacidade de escolher e programados deterministicamente para agirem sempre de acordo com o ordenamento divino, o homem é livre para seguir ou não a ordem determinada por Deus:

A razão é, pois, uma faculdade da alma, que faz do homem um ser superior aos demais seres. Como tal funciona como meio ou mediadora entre o nosso sentido interior (a alma) e as verdades eternas, imutáveis e universais, que compõem a ordem divina, porque, sendo os seres humanos mutáveis e contingentes, não podem conhecer por um contato direto as verdades eternas, mas só por mediações, por “leis” ou “normas” racionais impressas na alma do homem (Costa, 2002, p. 288).

Essas verdades eternas, imutáveis e universais estão impressas nas almas de todos os homens, não como reminiscência, ou recordação, como pensava Platão, mas por iluminação divina ou como participação. A alma, portanto, conhece as verdades eternas mediante uma luz interior pela qual a razão toma consciência da ordem presente no mundo. Por meio dessa faculdade da alma, o homem pode escolher seguir ou não a divina ordem. Ele sabe qual o devido valor a ser dado a cada uma das coisas.

Em resumo, o homem está ordenado na hierarquia do ser quando rege as demais criaturas mediante a razão, tendo no entanto o cuidado de jamais desrespeitar a magnífica obra do Criador [...]. Ora, conforme o estabelecido acima a razão consiste no melhor do homem, não é difícil vislumbrar a necessidade de lhe submeter tanto as inclinações corpóreas quanto as paixões anímicas como única forma de estar ordenado em si mesmo. Assim não só na relação ao conjunto, mas também na relação consigo o homem tem o dever de dominar os traços reconhecidos em comum com os demais seres [...] (Marques, 2012, p. 220-221).

Ainda, consciente pela faculdade da razão, o homem sabe, também, qual o caminho a ser seguido para alcançar a verdadeira felicidade, isto é, Deus, desejo principal e finalidade última de todo ser humano. A verdadeira felicidade não se encontra nos bens materiais desse mundo, mas no único bem imutável e eterno. “Por conseguinte, estamos convencidos de que, se alguém quiser ser feliz, deverá procurar um bem permanente, que não lhe possa ser retirado

em algum revés de sorte [...] Logo, quem possui a Deus é feliz!” (Agostinho de Hipona, 1998, p. 90).

O ser humano, na visão agostiniana, é possuidor do livre-arbítrio, que o torna capaz de uma vontade reta. Essa retidão da vontade consiste em querer agir sempre em função de Deus, Sumo Bem, o único capaz de dar ao homem a verdadeira felicidade. É nesse cenário que Agostinho concebe a ideia de mal como sendo um princípio moral, pois, como visto anteriormente, o mal não é de natureza ontológica, como defendem os maniqueus, mas uma consequência da corrupção provocada pelo ser humano, que, por vontade própria, deixa de escolher a Deus como bem maior e escolhe um bem da criação, inferior (Gomes, 2018, p. 75).

O mal, entendido por Agostinho, consiste na decisão do ser humano, graças à natureza cindida da vontade (má e boa), em não procurar dirigir a sua vontade em querer orientar suas ações para fixar-se em Deus, seu. Ou seja, o mal seria a vontade humana virar as costas a Deus ao invés de querê-lo como Sumo Bem, como que fazendo uma troca (Gomes, 2018, p. 78).

O homem, apesar de ser ontologicamente para Deus, é um ser concreto que vive em meio aos bens materiais. Ao tomar consciência de que não é feito para este mundo, ele vive angustiado, pois precisa escolher entre as coisas da terra e as do céu. Como conciliar a felicidade temporal, proporcionada pelos bens terrenos, mutáveis e corruptíveis, com a verdadeira felicidade, que se encontra em Deus, imutável e eterno? Eis o drama vivido por toda a humanidade. Para Agostinho, essa foi a situação em que se encontrava Adão no momento em que cometeu o pecado original:

Ora, é preciso reconhecer: a alma fica impressionada pela vista dos objetos, sejam superiores, sejam inferiores, de tal modo que a vontade racional pode escolher entre os dois lados o que prefere. E será conforme o mérito dessa escolha que se seguirá para ela o infortúnio ou a felicidade. Assim, no paraíso terrestre, havia como objeto percebido: vindo do lado superior, o preceito divino, e vindo do lado inferior, a sugestão da serpente. Pois nem o que o Senhor ia prescrever, nem o que a serpente ia sugerir foi deixado ao poder do homem (Agostinho de Hipona, 1995, p. 237-238).

Segundo Agostinho, no interior do homem há uma vontade livre<sup>11</sup> que, do ponto de vista moral, deve ser utilizada para o bem, para perpetuar o ordenamento divino. Ao agir de maneira contrária a esse preceito, o homem instaura na ordem divina o mal moral (pecado),

<sup>11</sup> Agostinho caracteriza a vontade livre em duas: a boa vontade e a má vontade. A primeira coloca os bens eternos acima dos bens terrenos, exerce as virtudes, prima por uma vida ascética, uma vez que somente Deus pode conceder uma vida verdadeiramente feliz. A segunda, por sua vez, é totalmente desregrada e almeja tão somente fruir os bens terrenos sem moderação, é viciosa, não freia os impulsos, nem as paixões. Em síntese, a vontade se caracteriza como um ato de livre escolha, sendo ela altruísta ou não (Marques, 2012, p. 225-226).

que desestabiliza a harmonia da criação. Ele assim o faz, vale lembrar, por sua própria escolha, de acordo com sua livre vontade, pois o pressuposto da ação é sempre a liberdade, como Agostinho retrata no trecho abaixo:

Cada um é responsável pelo que recebeu. Portanto, se o homem tivesse sido criado de tal modo que pecasse inevitavelmente, seu dever seria pecar. E ao pecar, portanto, faria o que devia, e não faria senão seguir a lei da natureza. Mas já que seria crime falar dessa maneira, segue-se que ninguém é obrigado por sua natureza a pecar. Tampouco é obrigado a ser levado por uma natureza alheia, porque ninguém peca sujeitando-se ao que não quer, por própria vontade. Com efeito, caso se sujeitar justamente a isso, seu pecado não está em que se sujeitou contra sua vontade. Mas só peca quando age voluntariamente, de maneira a dever padecer com toda justiça o que não teria querido sofrer. Pois por outro lado, se o aceitasse injustamente, como pecaria? Efetivamente, o pecado não consiste em suportar alguma coisa injustamente, mas sim em praticar algo injustamente. Posto que ninguém está forçado a pecar, nem porsua própria natureza, nem pela natureza de outro, logo só vem a pecar por sua própria vontade (1995, p. 203).

Agostinho compreende o mal moral como pecado<sup>12</sup>, ou seja, como uma transgressão da ordem estabelecida por Deus de todas as coisas boas. O mal moral é posto como uma má escolha de prioridades e o homem é unicamente o seu responsável, porquanto inverte uma escala de valores utilizando indevidamente o seu livre-arbítrio em função da vontade corrompida, uma subversão à ordem natural da criação.

Assim, pois, a vontade obtém, no aderir ao Bem imutável e universal, os primeiros e maiores bens do homem, embora ela mesma não seja senão um bem médio. Em contraposição, ela peca, ao se afastar do Bem imutável e comum, para se voltar para o seu próprio bem particular, seja exterior, seja inferior. Ela volta-se para seu bem particular, quando quer ser senhora de si mesma; para um bem exterior, quando se aplica a apropriar-se de coisas alheias, ou de tudo o que não lhe diz respeito; e volta-se para um bem inferior, quando ama os prazeres do corpo. Desse modo, o homem torna-se orgulhoso, curioso e dissoluto; e fica sujeito a um tipo de vida a qual, em comparação à vida superior anteriormente descrita, é antes morte (Agostinho de Hipona, 1995, p. 141).

Para Agostinho, o mal ou o pecado está na submissão da razão às paixões ou concupiscência (mau desejo),

[...] pois, só quando a razão domina a todos os movimentos da alma, o homem deve se dizer perfeitamente ordenado. Porque não pode falar de ordem justa, sequer simplesmente de ordem, onde as coisas melhores estão subordinadas às menos boas [...]. Então, quando a razão, a mente ou o espírito governa os movimentos irracionais da alma, é que está a dominar na verdade no homem aquilo que precisamente deve

<sup>12</sup> O pecado, sendo fruto da vontade má, em si, é um mal. No pensamento de Agostinho, pecado e mal se tornam aspectos de um único problema. “Crer que o mal resultasse de um ato equivocado da vontade por parte de uma criatura racional se ajusta tanto ao caso de Satanás como ao da humanidade. Isso dava a Agostinho uma causa para um mal que não se situa em Deus, totalmente bom e, portanto, incapaz do mal” (Evans, 2018, p. 623).

dominar, em virtude daquela lei que reconhecemos como sendo a lei eterna (Agostinho de Hipona, 1995, p. 47).

Afastando-se totalmente do maniqueísmo e do neoplatonismo, que colocavam a origem do mal na matéria, Agostinho defende a tese de que o mal é fruto do pecado, isto é, fruto da submissão da razão às paixões desordenadas e da soberba. Assim, o pecado é, ao mesmo tempo, causa e efeito do mal<sup>13</sup>. Nessa perspectiva, o mal propriamente dito é o mal moral, que se traduz pela ação culposa do homem. Não tem consistência ontológica positiva, não forma uma coisa, mas tem uma causa e natureza negativa. Consiste somente na inércia do livre-arbítrio em não se elevar ao divino.

O mal moral é o pecado. Esse depende de nossa má vontade. E a má vontade não tem “causa eficiente”, e sim muito mais, “causa deficiente”. Por sua natureza, a vontade deveria tender para o Bem supremo. Mas, como existem muitos bens criados e finitos, a vontade só pode vir a tender a eles e, subvertendo a ordem hierárquica, preferir a criatura à Deus, optando por bens inferiores, em vez dos bens superiores. Sendo assim, o mal deriva do fato de que não há um único bem, e sim muitos bens, consistindo precisamente o pecado na escolha incorreta entre esses bens. O mal moral, portanto, é “aversio a Deo” e “conversio ad creaturam”. O fato de se ter recebido de Deus uma vontade livre é para nós grande bem. O mal é o mau uso desse grande bem (Oliveira, 1995, p. 16).

### 1.3.2 Mal físico

Ainda em suas reflexões sobre a causa e origem do mal, Agostinho se indaga a respeito dos males físicos, ou seja, das doenças e desgraças que assolam toda a humanidade. Ao considerar que toda a criação de Deus, inclusive o homem, é boa por natureza, o filósofo concebe o mal físico como decorrente do mal moral, isto é, do pecado original. O erro de Adão faz com que a natureza humana fique privada da imortalidade para a qual foi criada e, por consequência, sujeita aos males físicos, pestes e todo tipo de sofrimento.

Dessa maneira, aprova, muito justamente a Deus, que governa soberanamente todas as coisas, que nascêssemos daquele primeiro casal, com ignorância e dificuldade no esforço e na mortalidade. Isso porque, ao pecarem, eles foram precipitados no erro, na dor e na morte [...]. O Criador de todas as coisas mostrava além do mais, por esse meio, com quanta felicidade o primeiro homem teria podido, se o quisesse, manter-se no estado no qual havia sido criado, visto que sua descendência pôde vir a triunfar do estado em que nascera (Agostinho de Hipona, 1995, p. 212-213).

<sup>13</sup>A vontade corrompida guia o homem ao pecado, ao mal moral. Por ser uma subversão à ordem natural da criação, ela também pode ser considerada um pecado, daí a afirmação de que o pecado é a causa e efeito do mal.



Assim, de acordo com Agostinho, os males físicos provenientes das doenças, dos sofrimentos e da morte, experimentados pelos homens, são frutos do pecado original, mal moral cometido por Adão. O mal revela apenas uma condição antropológica, ou seja, uma condição momentânea até que o pecador se converta e retorne a Deus. O filósofo, mais uma vez, rebate a tese de que o mal tenha natureza ontológica, uma vez que, nessa condição, ele não passa de um afastamento do bem, de uma aversão a Deus e conversão à criatura (Sousa, 2018, p. 109).

O problema do mal deve ser analisado como um traço antropológico, pois o afastamento da vontade humana do bem é em si uma conduta má e gera consequências más. Do ponto de vista do cristianismo, este movimento de afastar-se do bem, está ligado ao pecado, ou seja, a origem deste movimento danoso não está numa natureza má e sim na renúncia do homem cuja natureza é boa e tende ao seu Criador (Sousa, 2018, p. 110).

O mal físico, na visão agostiniana, não consiste em uma nova modalidade de mal, mas no desdobramento e resultado do mal moral, do pecado original de Adão. Nas palavras de Reale e Antiseri, “o mal físico, como as doenças, os sofrimentos, os tormentos do espírito e a morte, tem significado bem preciso para quem filosofa na fé: é a consequência do pecado original, ou seja, é uma consequência do mal moral” (2003, p. 98).

### 1.3.3 Bondade do livre-arbítrio

A tese agostiniana de que a origem do mal está no mau uso do livre-arbítrio da vontade suscita uma outra questão para o debate: o livre-arbítrio pode ser considerado um bem? Também esse era o questionamento de Evódio, que dialoga com Agostinho em *O livre-arbítrio* e faz a seguinte interrogação:

Mas quanto a esse mesmo livre-arbítrio, o qual estamos convencidos de ter o poder de nos levar ao pecado, pergunto-me se Aquele que nos criou fez bem de no-lo ter dado. Na verdade, parece-me que não pecaríamos se estivéssemos privados dele, e é para se temer que, nesse caso, Deus mesmo venha a ser considerado o autor de nossas más ações (Agostinho de Hipona, 1995, p. 69).

Antes, porém, de responder a tais questões, Agostinho relembra Evódio de que tudo quanto existe fora criado por Deus, portanto, o homem existe por ele e participa da bondade dele. Para a compreensão do livre-arbítrio, antes de mais nada, é necessário que fique clara a

existência de Deus e da criação de tudo que é bom como procedente dele. Deus faz boas todas as coisas e, assim sendo, Agostinho incita Evódio a chegar à seguinte conclusão:

Declaro estar suficientemente convicto de que existe um modo – o quanto é possível nesta vida para homens como nós – de tornar evidente estes dois princípios primários: que Deus existe; e que todos os bens procedem de Deus (Agostinho de Hipona, 1995, p. 134).

De acordo com Agostinho, além dessas duas verdades acerca de Deus e de sua criação, é necessário ter em mente que o livre-arbítrio é dado ao homem para que ele viva retamente. Caso contrário, Deus não agiria com justiça ao castigá-lo por seus pecados e ao premiá-lo por usar sabiamente o dom que lhe foi dado. Se o homem não tivesse livre-arbítrio, não seria merecedor de qualquer castigo, porquanto seu pecado não seria culposo. Se o livre-arbítrio lhe fosse dado para que pecasse, Deus não poderia castigá-lo. A livre vontade é um dom pelo qual o homem pode se tornar justo, virtuoso e merecedor do prêmio reservado aos que assim procedem.

Deus não tirou a oportunidade do homem de ser bom por causa do mal, mas quis ensinar, oferecer-lhe mecanismos para que ele não agisse mal, sem podá-lo de sua liberdade. Percebe-se que o homem para ser bom ou mau deve antes de tudo ser livre. De fato, Deus dá ao homem o livre-arbítrio que é sinônimo de oportunidade de escolher, de optar por um dos dois caminhos: o do bem ou do mal (Sousa, 2018, p. 111).

Agostinho responde o questionamento de Evódio – se Deus deveria ter dado o livre-arbítrio ao ser humano – com as seguintes palavras:

Notaste perfeitamente que a segunda questão: Que todo bem procede de Deus, está explicada. Mas deverias ter notado que também esta, a terceira, está resolvida. Pois parecia a ti, como dizias, que o livre-arbítrio da vontade não devia nos ter sido dado, visto que as pessoas servem-se dele para pecar. Eu opunha à tua opinião que não podemos agir com retidão a não ser pelo livre-arbítrio da vontade. E afirmava que Deus no-lo deu, sobretudo em vista desse bem (Agostinho de Hipona, 1995, p. 135).

Evódio ainda não se mostra satisfeito e totalmente convencido com a resposta de Agostinho e o interroga, agora, dizendo que seria melhor Deus ter concedido o livre-arbítrio unicamente para o homem fazer e tencionar o bem, ou não tê-lo dado e o homem ser determinado para agir retamente, independentemente de qualquer coisa. Contra a objeção de Evódio, o filósofo salienta que, embora o homem possa usar mal sua liberdade, a sua vontade livre deve ser considerada um bem (Costa, 2002, p. 312-313).

A fim de ilustrar sua tese, Agostinho cita o caso das mãos, dos pés e dos olhos, os quais o homem pode utilizar tanto para o bem, quanto para o mal, ações truculentas e vergonhosas. Apesar disso, não se defende que esses órgãos corporais lhe devessem ser tirados ou que simplesmente não tivessem sido dados no seu nascimento:

Por conseguinte, do mesmo modo como aprovas a presença desses bens no corpo e que, sem considerar os que deles abusam, louvas o doador, de igual modo deve ser quanto à vontade livre, sem a qual ninguém pode viver com retidão. Deves reconhecer: que ela é um bem e um dom de Deus, e que é preciso condenar aqueles que abusam desse bem, em vez de dizer que o doador não deveria tê-lo dado a nós (Agostinho de Hipona, 2019, p. 136).

Para Agostinho, assim sendo, a livre vontade do homem é um bem, aliás, não somente um bem, mas algo necessário, haja vista que, mesmo aqueles que vivem uma vida perversa, podem se converter e possuir uma vida reta. Se não tivessem o livre-arbítrio, isso não seria possível, o que faz deste, portanto, um bem necessário, sem o qual ninguém pode viver retamente (Costa, 2002, p. 314). Silva, citando Agostinho, comenta essa questão:

A vontade não é um mal, mas um bem. Assim, o homem recebe do Criador uma vontade boa que o conduz a viver com retidão e honestidade. Ao responder, no *De Libero Arbitrio*, o questionamento de Evódio sobre o significado de boa vontade, Agostinho afirma que ela é vontade pela qual desejamos viver com retidão e honestidade, para atingirmos o cume da sabedoria (Silva, 2008, p. 85).

Agostinho afirma, indubitavelmente, que o livre-arbítrio é um bem advindo de Deus. Entretanto, por se tratar de um dom que pode ser usado tanto para o bem como para o mal, é considerado um bem médio, ou seja, um bem que não é absoluto, mas relativo. Por ser um bem médio, a livre vontade se situa entre Deus – bem supremo, imutável e eterno – e os bens mutáveis e corruptíveis do mundo e pode, portanto, tender para o bem ou para o mal (Costa, 2002, p. 316). Agostinho, todavia, adverte o seguinte:

Acontece que aqueles bens desejados pelos pecadores não são maus de modo algum. Tampouco é má a vontade livre do homem, a qual, como averiguamos, é preciso ser contada entre os bens médios. Mas o mal consiste na aversão da vontade ao Bem imutável para se converter aos bens transitórios. Por sua vez, essa aversão e essa conversão não sendo forçadas, mas voluntárias, o infortúnio que se segue será um castigo justo e merecido (Agostinho de Hipona, 1995, p. 141- 142).

O filósofo cristão ainda esclarece a Evódio que o homem, apesar de pecador, é o ser mais perfeito entre os seres criados por Deus, porquanto é criado à imagem e semelhança do seu criador, cuja aparência se encontra na alma, justamente a parte que pode vir a pecar.

Mesmo tendo pecado em Adão e continuado a pecar nos homens, a alma não perde totalmente a condição de imagem de Deus. Dessa maneira, o ser humano, mesmo quando incorre no pecado, é, certamente, melhor do que os demais seres animados e inanimados, ao passo que, a qualquer momento, ele pode retornar à amizade com Deus, caso queira. Isso consiste a sua diferença com os demais seres, que não possuem essa faculdade (Costa, 2002, p. 317-320).

Agostinho conclui em suas reflexões que, diferentemente do maniqueísmo – que afirma ser o mal algo necessário – e do neoplatonismo – que defende o mal como negação ou causa necessária para o bem existir –, os pecados e as desgraças não são necessários à perfeição do universo, como uma tentativa de legitimar o seu contrário, ou seja, o bem. O pecado, ou se assim quiser, o mal, é consequência da livre vontade humana, que se afasta de Deus. Não é, portanto, algo necessário ao cosmos e ao seu ordenamento, ao passo que a decisão de pecar é exclusivamente da alma.

Tendo concebido o mal como privação do bem, o pensamento de Agostinho é, ainda hoje, referência para esse problema que há muito tempo vem inquietando a humanidade. O horizonte aberto pelo filósofo cristão permite a outros pensadores o prosseguimento desse debate.

## Conclusão

Ao final deste percurso, pôde-se notar que, embora o mal seja tratado como uma realidade esdrúxula, substancial, enigmática e por vezes misteriosa, ele se revela no mundo mediante as ações irrefletidas e inconsequentes dos homens. Não se pode contar mais com um dualismo de substâncias a fim de diminuir o peso da consciência, pois, criado à imagem e semelhança de Deus, o homem é habilitado para imitar a bondade do criador, fato esse que reforça a participação humana diante das desgraças que acometem a humanidade. Apesar de não ser deterministicamente programado para o bem, o ser humano consegue aspirar a ele e praticá-lo. À vista disso, esta pesquisa objetivou refletir sobre o problema do mal com o auxílio de Agostinho, que subdivide esse tema em duas perspectivas: ontológico-metafísica e ontológico-deontológica.

Na primeira parte, o filósofo cristão tem a preocupação de combater a tese dos maniqueus e, concomitantemente, salvaguardar a Deus de ser autor do mal. De início, ele defende a teoria da criação *exnihilo*, na qual o criador fez tudo dotado de bondade a partir do nada. Nenhuma criatura, por essência, é má, como defendia o dualismo maniqueísta. Disso decorre a ideia de que o mal não passa de um não-ser, de privação do bem e da realidade. Ele

não tem forma nem substância, mas se revela como uma defecção da natureza, que, em si, é boa. Para dar sustentação à sua tese, Agostinho recorre à teoria de que, na criatura, existem graus diferentes de bondade. Somente Deus, Sumo Bem, é incorruptível, ao passo que a criatura, mesmo sendo boa, é passível de corrupção. O filósofo refuta a existência do mal metafísico e alerta que somente o mal moral merece atenção.

Na segunda parte de sua reflexão, o autor mostra como o mal se faz presente na realidade por meio das ações do homem. A raiz do mal moral é o pecado cometido por Adão; portanto, o mal é uma transgressão da ordem estabelecida por Deus. Embora a fonte de todas as desgraças sejam as más escolhas humanas, Agostinho defende o livre-arbítrio como um dom divino para se elevar a Deus. Se o criador não tivesse dotado dessa faculdade o ser humano, não seria justo puni-lo ou premiá-lo pelos seus atos. Em síntese, para o homem vencer o mal moral e, por conseguinte, o mal físico, é preciso o auxílio da graça divina, como forma de compensar a fraqueza ensejada pela culpa de Adão.

Com isso, pôde-se concluir que o mal é um fato eminentemente humano. O homem sofre do mal que ele mesmo introjeta na sociedade. Não faz sentido culpar a Deus por eventos e situações, em cujas gêneses se encontra a participação humana. Diante disso, o homem pode reverter toda essa situação crítica e mudar o curso da sua história. Para isso, evoca-se também a ética agostiniana do amor, capaz de alimentar o homem a tender unicamente para o bem. Dessarte, numa sociedade desigual e cheia de conflitos, o cidadão é conclamado a não somente evitar o mal, mas também a praticar o bem. Nessa perspectiva, é possível vencer o mal e fazer do mundo um lugar melhor para se viver.

## Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **História da filosofia**. 5. ed.v. 2. Lisboa: Presença, 1999.
- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- AGOSTINHO DE HIPONA. **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995.
- AGOSTINHO DE HIPONA. **Confissões**. São Paulo: Paulus, 1997.
- AGOSTINHO DE HIPONA. **Solilóquios; A vida feliz**. São Paulo: Paulus, 1998.
- AGOSTINHO DE HIPONA. **A graça (I)**: São Paulo: Paulus, 1998.
- AGOSTINHO DE HIPONA. **A graça (II)**: São Paulo: Paulus, 1999.
- AGOSTINHO DE HIPONA. **A doutrina cristã**. São Paulo: Paulus, 2002.

AGOSTINHO DE HIPONA. **Comentário ao Gênesis**. São Paulo: Paulus, 2005.

AGOSTINHO DE HIPONA. **A natureza do bem; O castigo e o perdão dos pecados; O batismo das crianças**. São Paulo: Paulus, 2019.

AGOSTINHO DE HIPONA. **De moribus ecclesiae catholicae et de moribus manichaeorum libri duo**. Disponível em: <<http://www.augustinus.it/latino/costumi/index2.htm>>. Acesso em: 15set. 2020.

BELLEI, Ricardo J; BUZINARO, Délcio Marques. O livre-arbítrio e o mal em santo Agostinho. **Tempo eternidadena Idade Média**. p. 80-98, jun./dez. 2010.

BROWN, Peter. **Santo Agostinho: uma biografia**. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

CORREIA, Adriano. Arendte Kant: banalidade do mal e mal radical. **Argumentos**. Fortaleza, n. 9, p. 63-78, jan./jun. 2013.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **O problema do mal na polêmica antimaniqueia de santo Agostinho**. Porto Alegre: Edipucrs/Unicap, 2002.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Maniqueísmo: história, filosofia e religião**. Petrópolis: Vozes, 2003.

COSTA, Marcos Roberto Nunes; BRANDÃO, Ricardo Evangelista. A Teoria da Criação, segundo Santo Agostinho. **Ágora filosófica**. n. 1, p. 7-26, jan./jun., 2007.

COUTINHO, Gracielle Nascimento. O livre-arbítrio e o problema do mal em santo Agostinho. **Argumentos**. Fortaleza, n. 3, p. 124-131, 2010.

ERCULINO, Silo e Cristina N. As origens do mal em Agostinho. **Pensando**. Teresina, v.5, n.10, p. 3-16, 2014.

EVANS, Gillian. **Agostinho sobre o mal**. São Paulo: Paulus, 1995.

EVANS, Gillian. Mal. In: FITZGERALD, Allan. **Agostinho através dos tempos: Uma enciclopédia**. São Paulo, 2018, p. 622-625.

GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de santo Agostinho**. 2.ed. São Paulo: Discurso editorial, 2010.

GOMES, Izaías dos Santos Goes. **Agostinho de Hipona: o mal e sua relação com a vontade humana**. 2018. 92f. Dissertação – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

MARQUES, Maria Janaina Brenga. **O livre-arbítrio em Agostinho**. 2012. 241f. Tese – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARTINS, Maria Manuela Brito. Um demônio: o mal em santo Agostinho. **Theologica**. v. 47, n. 2, p. 541-560, 2012.

OLIVEIRA, Nair Assis de. In: Agostinho. **Livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995, p.13-21.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: patrística e escolástica**. v. 1. São Paulo: Paulus, 2003.

SILVA, Ivan de Oliveira. **Santo Agostinho: o problema do mal**. São Paulo: Pillares, 2008.

SOUSA, Lucas da Conceição. O problema do mal em *O livre-arbítrio* de Agostinho de Hipona. **Pandora Brasil**. ed. 92, p. 103-117, mar.2018.

WEISCHEDEL, Wilhelm. **A escada dos fundos da filosofia: a vida cotidiana e o pensamento de 34 grandes filósofos**. São Paulo: Angra, 1999.